



266

FILAS DA MORTE: AUXÍLIO EMERGENCIAL E VACINAS OU INDO 'VOLUNTARIAMENTE' PARA O EXTERMÍNIO?

Doutor/Ph.D. Sandra Maria Cerqueira da Silva [ORCID iD](#)^{1,2}, Doutor/Ph.D. Silvia Pereira de Castro Casa Nova [ORCID iD](#)³, [Doutor/Ph.D. Janaína Rute da Silva Dourado](#)³

¹UEFS, Feira de Santana, Bahia, Brazil. ²FAT, Feira de Santana, Bahia, Brazil. ³USP, São Paulo, São Paulo, Brazil

Doutor/Ph.D. Sandra Maria Cerqueira da Silva

[0000-0002-4738-3040](tel:0000-0002-4738-3040)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA-USP (PPGCC)

Doutor/Ph.D. Silvia Pereira de Castro Casa Nova

[0000-0003-1897-4359](tel:0000-0003-1897-4359)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA-USP (PPGCC)

Doutor/Ph.D. Janaína Rute da Silva Dourado

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da FEA-USP (PPGCC)

Resumo/Abstract

Há várias formas de morrer por Covid-19 no Brasil. A pandemia, ao chegar no país, revelou diversas faces, algumas antecipadas dadas a imensa desigualdade de um país continental, com grandes diferenças regionais; outras ainda por serem construídas nos meandros das cenas políticas e cotidianas de um país imerso em crises: a crise sanitária, a crise social, a crise econômica e a crise política. Nesse artigo revisitado tratamos de uma das formas de se morrer no Brasil, durante a pandemia: a morte nas filas para se obter o auxílio emergencial concedido pelo governo federal. Mais tarde na crise estendida, a desorganização nas filas dos postos de saúde. Essas formas de morrer são interpretadas pelo olhar de três mulheres que vivem essa pandemia em comunhão, em leitura, em reflexão. Ao nos encontrarmos na pandemia em um clube de leitura feminista, testemunhamos a agonia das pessoas esperando na fila, em aglomerações produzidas pela necessidade de recursos prometidos, e que não vinham. Nosso argumento é que essas formas de morrer são mortes fabricadas, derivadas de uma necropolítica (Mbembe, 2016), desenhada por um estado suicidário (Safatle, 2020), que se apresenta em todos os lugares. Ao registrarmos nosso testemunho, construímos um contra-relato da crise pandêmica no Brasil.



Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Diversidade e Inclusão no Contexto Organizacional e Contábil (DICOC) / Diversity and Inclusion in the Organizational and Accounting Context

**DEATH QUEUES: EMERGENCY AID AND VACCINES, PEOPLE BEING
DRIVEN TO EXTERMINATION?**

**FILAS DA MORTE: AUXÍLIO EMERGENCIAL E AS VACINAS, AS PESSOAS
SENDO CONDUZIDAS AO EXTERMÍNIO?**

**COLAS DE LA MUERTE: ¿AYUDA DE EMERGENCIA Y VACUNAS,
PERSONAS ABOCADAS AL EXTERMINIO?**

ABSTRACT

There are several ways to die from Covid-19 in Brazil. The pandemic, upon arriving in the country, revealed several faces, some anticipated given the immense inequality of a continental country, with large regional differences; others yet to be constructed in the meanders of the political and daily scenes of a country in crisis: the health crisis, the social crisis, the economic crisis, and the political crisis. In this article, we also revisited one of the ways of dying in Brazil during the pandemic: death in the lines to get emergency aid from the federal government. The disorganization in the queues at the health units. Those ways of dying are interpreted through the eyes of three women who live this pandemic in communion, in reading, in reflection. As we find ourselves in the pandemic in a feminist book club, we witness the agony of people waiting in lines, in agglomerations produced by the needs for the promised resources, which did not come. Our argument is that those ways of dying are manufactured deaths, derived from necropolitics (Mbembe, 2016), designed by a suicidal state (Safatle, 2020), which presents itself everywhere. By recording our testimony, we construct a counter-account of the pandemic crisis in Brazil.

KEYWORDS: COVID-19; Queues; Necropolitics.

RESUMO

Há várias formas de morrer por Covid-19 no Brasil. A pandemia, ao chegar no país, revelou diversas faces, algumas antecipadas dadas a imensa desigualdade de um país continental, com grandes diferenças regionais; outras ainda por serem construídas nos meandros das cenas políticas e cotidianas de um país imerso em crises: a crise sanitária, a crise social, a crise econômica e a crise política. Nesse artigo revisitado tratamos de uma das formas de se morrer no Brasil, durante a pandemia: a morte nas filas para se obter o auxílio emergencial concedido pelo governo federal. Mais tarde na crise estendida, a desorganização nas filas dos postos de saúde. Essas formas de morrer são interpretadas pelo olhar de três mulheres que vivem essa pandemia em comunhão, em leitura, em reflexão. Ao nos encontrarmos na pandemia em um clube de leitura feminista, testemunhamos a agonia das pessoas esperando na fila, em aglomerações produzidas pela necessidade de recursos prometidos, e que não vinham. Nosso argumento é que essas formas de morrer são mortes fabricadas, derivadas de uma necropolítica (Mbembe, 2016), desenhada por um estado suicidário (Safatle, 2020), que se apresenta em todos os lugares. Ao registrarmos nosso testemunho, construímos um contra-relato da crise pandêmica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; Filas; Necropolítica.

RESUMEN

Hay varias formas de morir de Covid-19 en Brasil. La pandemia, al llegar al país, reveló varias caras, algunas anticipadas dada la inmensa desigualdad de un país continental, con grandes diferencias regionales; otras aún por construir en los meandros de los escenarios políticos y cotidianos de un país en crisis: la crisis sanitaria, la crisis social, la crisis económica y la crisis política. En este artículo también revisamos una de las formas de morir en Brasil, durante la pandemia: la muerte en las colas para obtener la ayuda de emergencia concedida por el gobierno federal. La desorganización en las colas de las unidades de salud. Estas formas de morir se interpretan a través de los ojos de tres mujeres que viven esta pandemia en comunión, en lectura, en reflexión. Al encontrarnos con la pandemia en un club de lectura feminista, asistimos a la agonía de la gente que hace cola, en aglomeraciones producidas por la necesidad de los recursos prometidos, y que no llegarán. Nuestro argumento es que estas formas de morir son muertes fabricadas, derivadas de una necropolítica (Mbembe, 2016), diseñadas por un estado suicida (Safatle, 2020), que se presenta en todas partes. Al registrar nuestro testimonio, construimos un contra-relato de la crisis pandémica en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: COVID-19; Colas; Necropolítica.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil pelo retorno de pessoas de viagens ao exterior. Ao desembarcar em um país desigual, escancarou desigualdades ainda maiores, como as das pessoas que puderam atender à necessidade do isolamento social proclamado como a única forma de conter a propagação do vírus. E tantas outras pessoas que não puderam aderir a esse chamado, ou porque não tinham casa, ou porque sua casa não oferecia condições para se fazer o isolamento, ou porque tinham que buscar recursos para sobreviver e para trazer condições de sobrevivência para suas famílias. O país se deu conta de milhões de pessoas que estavam invisíveis por estarem na informalidade e dependentes de atividades intermitentes para conseguir recursos para se manter.

Como tantos outros governos fizeram ao redor do mundo, o governo brasileiro aprovou medidas de proteção social relacionadas com a garantia de emprego e renda. Entre essas medidas estava o chamado auxílio emergencial, apelidado ‘coronavoucher’, que foi criado em abril de 2020. Esse auxílio teve por objetivo ajudar trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e desempregados, a fazer frente à perda de rendimentos durante a pandemia, em virtude, sobretudo, da necessidade de isolamento social.

O auxílio, que daria condição de alimentação para tantas pessoas, no entanto, demorou a chegar. Implementado por meio de um aplicativo de celular, distribuído pelo banco oficial, a Caixa Econômica Federal, que tem uma rede com grande capilaridade, tudo indicava que a ajuda chegaria rapidamente às pessoas que mais precisavam. No entanto, meses se passaram e as pessoas aguardavam a indicação de andamento do processo. A angústia de quem só tinha essa opção de renda familiar, fez com que imensas filas se formassem nas agências do banco.

Como em um país reconhecidamente detentor de uma avançada tecnologia bancária, e em que programas de proteção social, como o bolsa-família, permitiram ao longo dos anos a constituição de um cadastro único de famílias de baixa renda, o auxílio emergencial não encontrava os seus destinatários? O que se viu foi que, mais uma vez, as pessoas foram humilhadas, constrangidas e expostas a diferentes riscos, em particular ao risco de contágio pelo coronavírus. Em um momento em que o país já enfrentava circunstâncias críticas em várias localidades, com a falta de leitos e centenas de mortes, milhares de pessoas foram submetidas a situações degradantes e de exposição continuada ao risco de contágio, sob chuva e/ou sob sol forte e, muitas vezes, famintas. Nosso argumento é que essa ação governamental desastrada está em linha com a política genocida, como proposta por Mbembe (2016) de um estado suicidário (Safatle, 2020), em que para muitas pessoas não lhes é reconhecida a situação de humanidade. Mas, antes de desenvolvermos esse nosso argumento, discorreremos sobre o nosso lugar de fala.

Posicionalidade: nosso lugar de fala

Para iniciar essa escrita, incitadas por Djamila Ribeiro (2019), vamos começar a situar nossos leitores e leitoras sobre o nosso lugar social. Começaremos, portanto, por nos apresentar e, assim, a desvelar o nosso lugar de fala, cada uma de nós, em nossa própria voz, em linha com o que defende Sandra Silva (2019), de que todos os saberes encontrem o seu espaço.

Sou Janaína e para refletir essa construção lembro-me de momentos que nunca imaginei que poderia me relacionar com pessoas que possuem tanto conhecimento e acesso. Meu pai, que se faz presente em tudo, é um retirante que veio da zona da mata, divisa de Minas Gerais com Bahia, que não estudou, trabalhou na roça, e veio para São Paulo na época da Ditadura Civil Militar. Ele trabalhava em postos de gasolina como frentista e conta que “vi pessoas presas, mas não poderia denunciar”. Esse “via tudo” se encontra com Mamãe, que é meu ar, no interior de uma cidade minúscula no Sul de Minas Gerais. Namoram três anos, se casam, e vem de mudança para São Paulo, sem nada, com as roupas do corpo. Vão para a casa de um parente distante. Mamãe sofre os piores momentos da vida de uma mulher casada, ‘deixada’ em um ambiente horrível para que ele fosse trabalhar. Ela ficava sozinha o dia inteiro. Até que eles se mudam para uma casa de aluguel na periferia da zona leste de São Paulo, uma residência simples. Foram dias difíceis pelo alcoolismo de meu pai e porque minha mãe ficava presa em casa. Não podíamos sair, meu pai levava a chave, só deixou saímos de casa quando, com muito custo, comecei a frequentar a escola. Antes disso, não saímos para lugar algum. Foram tempos difíceis. Entretanto mamãe, firme, dizia que não poderíamos parar de estudar. Nossa residência era considerada invasão e, por isso, nas contas estava escrito “taxa - cadastrado como favela”. Aquilo era terrível para mim, no momento de entregar na secretaria da escola, ou para entrega de alguma encomenda. Os móveis não chegavam até lá, não existia saneamento básico e minha casa era invadida nos períodos de enchente pelo rio, um rio de esgoto, que passava atrás da nossa casa. Entre muitas informações desconhecidas e mudanças de governos, nos disseram que seríamos despejados. Papai arrumou outra casa de aluguel, perdemos nossa casa construída com muita dificuldade. Eu tentava arrumar um emprego com 10 anos de idade e não encontrava. Com 11 anos de idade, eu comecei a trabalhar de arrematadora de costura e cuidava das crianças da dona da oficina. Entre um e outro, eu corria desesperadamente para a escola, fazia o dever com dificuldade. Terminando o segundo grau não sabia qual o caminho a seguir. Após dois anos sem ter um rumo definido, descobri um cursinho pré-vestibular, que me auxiliou no

percurso para a graduação. Esse processo foi doloroso e angustiante, não me reconhecia nas pessoas, precisava continuar para contribuir com a consistência de ajudar. Assim, tudo foi ganhando forma à medida que percebia o meu lugar, em que crescia em minha carreira, na prática de ajudar. A concorrência não me chamava atenção. Gostaria de ajudar, que fizesse sentido. As dores de refletir a continuidade de carreira, família, docência e contribuir com as mudanças no processo de ensino, de reconhecer que muitos lugares que estive estavam mais relacionados com a minha imagem do que com a minha competência e minha determinação foi assustador.

Estou Sandra Maria nesta experiência de materialização. Uma mulher preta de 50 anos. Nasci em 1969 no município de Feira de Santana, no Estado da Bahia. Meu pai Senhor Orlando, motorista autônomo, desde os 43 anos desempregado. Quando mais jovem, se recusava a atentar para as orientações de minha mãe, não aceitava assinar a carteira. As condições econômicas mudaram com a politicagem. Ele precisou se desfazer de uma casa e do caminhão. Com 43 anos não tinha registro oficial de experiência profissional, estava com problemas na visão e obesidade. Minha mãe, Dona Maria, semelhante ao que ocorre a grande maioria das mulheres negras deste país, uma “senhora do lar”, precisou ser ainda mais criativa para somar a renda familiar. Ambos mal chegaram à quarta série do ensino primário. Sou a primogênita em uma prole de quatro filhos. Dois meninos e uma menina, além de mim. Na minha família, apenas eu cheguei à universidade; meus irmãos, sob pressão familiar, concluíram o ensino médio. Ainda hoje arco com todos os ônus de ser a filha mais velha, de ser cumeeira da minha família ancestral. Foram meio século de vida marcados pelo sexismo, pelo racismo e diferentes marcas para a inferiorização. Sou mãe de Faizah - uma garota de doze anos lindaaa! Sou uma Feminista Negra Decolonial. Abiã. Divorciada. Amiga de muitas pessoas, as quais amo.

Sou Silvia, mulher, mãe e professora. Filha de um médico e de uma assistente social, ambos tendo trabalhado a vida toda na saúde pública no Brasil, na região sudeste, no estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. Um filho de imigrantes, outra filha de pessoas que migraram dentro do país. A família ascendeu socialmente pelo estudo e trabalho, não nasceu rica, tampouco descende das famílias tradicionais paulistas, e sim de novos entrantes. A imigração e a migração ocorreram, em ambas, para buscar melhores condições de estudo e trabalho. Mas eu, em minha geração, vivi o privilégio dessa busca e ascensão, que resultou em crescer em uma família de classe média. Temos também o privilégio de sermos considerados ou lidos como brancos, em um país com uma tensão racial. Em um país que sofre com o complexo de vira-lata, ser entendida como descendente de europeus também ajuda. A única vez em que vivi preconceito na vida foi já adulta, ao lado de meu filho, em uma viagem ao exterior. Foi nessas experiências no estrangeiro que me reconstruí mulher latina e de cor. Falo desse lugar, e é desse lugar que assisti a dor das pessoas despossuídas nas filas, ao lado de minha mãe, que trabalhou anos em postos de saúde, nas periferias da cidade de São Paulo. Ela olha e me diz: “Parece que querem que essas pessoas morram, é um absurdo, poderiam ter feito diferente, as pessoas não precisavam estar nessas filas, poderiam receber esse auxílio em suas casas, era só acionar a rede.” A rede a que ela se refere é a rede de assistência social, que ela conhece bem, por sua atuação profissional. Sou professora, pesquisadora, mãe de José, Isabela e Gabriela e mãe acadêmica de muitos filhos e filhas. Me entendo como um corpo dissidente da academia. Sou feminista e anti-racista. Sou ativista acadêmica da forma proposta por Heleieth Saffioti (Gonçalves & Branco, 2011).

Nós três, Janaína, Sandra e Silvia nos encontramos na vida acadêmica, em diferentes momentos, e tecemos uma amizade durante a pandemia em um Clube de Leitura Feminista. Nosso clube se reunia semanalmente para leituras e para reflexões. Em várias dessas reuniões, compartilhamos nossas angústias e, entre elas, exatamente, a da ajuda que não chega e da morte na fila. Foi assim que decidimos escrever esse trabalho-denúncia. Um registro de nossa angústia e da angústia de tantos e tantas.

Longas filas, muitas e longas filas! Filas da degradação

Por todo o Brasil e, em especial, nas regiões norte e nordeste do país, pessoas se aglomeram em ‘filas’ na frente e ao redor de um banco federal oficial. Esse banco fora designado e tinha a responsabilidade de fazer o repasse do chamado auxílio emergencial. Tal auxílio fora forçosamente instituído para dar conta da fome de milhares de famílias inteiras, cujas(os) provedoras(es) são trabalhadoras(es) em situação de precariedade, que servem à contratações eventuais, prestadores de serviços autônomos, dentre outras. Enfatizamos o termo **forçosamente** porque o referido auxílio foi determinado tardiamente, mediante pressão popular, do movimento negro, da sociedade civil e de partidos de oposição, tendo em vista a necessidade de milhões de pessoas que perderiam a sua parca fonte de renda durante a crise sanitária.

A pandemia do COVID-19 trouxe a necessidade de isolamento social, com a manutenção de funcionamento apenas das atividades consideradas essenciais. Quando começamos a escrever esse relato no ano de 2020, desde março as escolas estavam fechadas; portanto, milhares famílias estão sem ter a única fonte de renda e, também, sem a oferta da merenda para suas crianças, sendo que, para muitas destas famílias, a merenda é a única refeição do dia.

O auxílio emergencial, apelidado de ‘coronavoucher’, foi criado em abril de 2020. Seu objetivo era ajudar trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs), e desempregados durante a crise sanitária, financeira, econômica e social geradas, trazidas pela pandemia do coronavírus. Para estas pessoas a ajuda demorou demais para chegar. Outras tantas sequer foram beneficiadas. Paralelamente, começaram a explodir denúncias por todos os lados de pessoas com renda fixa, concursadas, inclusive militares, e bem remuneradas que estariam recebendo o benefício.

Inicialmente, o governo federal relutou bastante em constituir esse auxílio. Ao se perceber acuado, propôs o irrisório valor de 200 reais como auxílio. Ao que refletimos, nos perguntamos: quem subsiste, durante o mês, com 200 reais? A oposição, que propusera inicialmente 1.200 reais, diante do valor desconcertante considerado pelo governo federal, que logo passou a argumentar por 500 reais. O governo federal então, alertado sobre o ano eleitoral que se aproximava, aprova a contragosto o valor de 600 reais. Na visão de analistas políticos, faz isto para ocupar o lugar de proponente da ajuda financeira. O que é referendado com as falas presidenciais, vociferando em entrevistas a respeito do valor final (Ohana, 2020).

No entanto, o auxílio, que daria condição de alimentação para tantas pessoas, demora a chegar. Se passaram meses, até que, após muita angústia por parte de quem só tinha essa opção de renda familiar, comessem a receber os valores. Para tanto, novas e imensas filas foram necessárias. Mais uma vez as pessoas foram humilhadas, constrangidas e expostas a diferentes riscos, em particular ao de contágio pelo coronavírus. Nesse

momento, o país já experienciava circunstâncias críticas em várias localidades, como as cidades de Manaus e Fortaleza, com a falta de leitos e centenas de mortes. Ainda assim, milhares de pessoas foram submetidas a situações degradantes e exposição continuada ao contágio, sob chuva e sol forte e, muitas vezes, famintas. Várias passaram e continuavam a passar por esse martírio por dias seguidos de espera em filas, devido à falta de informação ou de acesso, e pela extrema necessidade de um recurso que muitas vezes não viria.

O governo federal, através do banco oficial indicado, criou um calendário, dividido em lotes, para que os beneficiários do auxílio emergencial pudessem receber os 600 reais do programa. As datas para saques foram baseadas nos dias em que o sistema do banco aceitou a entrada desses beneficiários no programa de auxílio emergencial. Portanto, não são uniformes, com os pagamentos caindo sempre nos mesmos dias.

Inicialmente, foram estruturados basicamente três grupos divididos em lotes: as pessoas inscritas no aplicativo e no site do auxílio emergencial; os inscritos no Cadastro Único ou CadÚnico, que não recebem o Bolsa Família; os trabalhadores e trabalhadoras que fazem parte do Programa Bolsa Família mas que recebam um valor inferior aos 600 reais de auxílio proposto pelo programa.

O Cadastro Único corresponde a um conjunto de informações sobre famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. O governo federal implementou esse cadastro sob o pretexto de funcionar como base para as diversas esferas governamentais implementarem políticas públicas de melhoria de vida para famílias em situação de vulnerabilidade social. Estão aptas para inclusão no cadastro as famílias que ‘ganham’ até meio salário mínimo por pessoa ou famílias que ‘ganham’ até três salários mínimos de renda mensal total.

O Programa Bolsa Família é um meio de transferência direta de renda, voltado para mais de 14 milhões de famílias, também em situação de pobreza e extrema pobreza. Visa garantir a alimentação e o acesso à educação e à saúde.

São muitos os constrangimentos e humilhações às quais as pessoas que necessitam do auxílio governamental são submetidas por vezes no país. A primeira delas diz respeito à forma de acesso. Um cadastro virtual para uma população que não tem direito à educação e acesso às tecnologias, o que contraria a própria constituição. Por isso, várias pessoas seguiram desassistidas e permaneceram aguardando o retorno sobre o pleito, com a resposta de “solicitação em análise.” Outras, em flagrante situação de vulnerabilidade social, tiveram, injustamente, o pedido negado.

Como a pandemia, que inicialmente, seria de três, seis meses, chega a marca de 17 meses, mesmo que atualmente tenha havido abertura de comércios e propostas de vidas sociais, ainda existem em média quase mil mortes por dia.

O novo auxílio emergencial para 2021 está entre 150 e 375 reais, portanto, está mais restrito, e como valor pela metade. Levando em consideração que as pessoas já estavam sem condições de sobrevivência no início da pandemia, como é possível reduzir o valor? Considerando que as pessoas já tiveram inúmeras perdas com familiares, seria uma fonte de renda, mesmo mínima, que lhes possibilitaria continuarem vivos. Com o auxílio, populações e regiões inteiras sem acesso e sem condições de sobrevivência mínima, teriam uma possibilidade de subsistência.

As pessoas na fila. O risco de contágio. A fome. A morte na fila.

Como já pontuado, começamos essa escrita conjunta a partir das reflexões de um grupo de leitura feminista, que criamos para lidar com a dor dessa pandemia em um país tão desigual como o Brasil. Nossa proposta era de lermos e discutirmos textos de teóricas do feminismo negro brasileiro. Era uma proposta de olhar para dentro, para nós mesmas, de valorizar a produção de conhecimento de nós, sobre nós, para nós (Lélia Gonzalez, 1988a). Era uma das propostas de reconquista de nossa identidade pela leitura da produção de brasileiras mulheres como nós (Sandra da Silva, 2019).

Iniciamos com o texto profundo e fundante de Luiza Bairros (1995). Seguimos para a leitura do livro *Lugar de Fala*, de Djamila Ribeiro (2019). Por essas leituras, e pela nossa urgência de gritar a nossa realidade desigual ainda acentuada na pandemia, seguimos para uma proposta de escrita, iniciada por Sandra Maria, para dar conta da dor da invisibilização da pobreza e do desespero de pessoas em imensas filas, por todo o país, na porta e ao largo das agências de um banco oficial, em busca do auxílio emergencial. Era como se cada uma de nós tivéssemos sido transportadas de onde estávamos protegidas e seguras, para aquela fila, para a fila imensa da espera de uma ajuda que não vem.

É para entender e digerir essa realidade que agora escrevemos. É para denunciar essa desigualdade que se prolonga e que desumaniza. Para registrar e honrar a vivência das pessoas que se encontram nestes caminhos mortais. Sim, porque há várias formas de morte na pandemia no Brasil. A morte na fila é uma delas.

As pessoas seguem caminhando a passos largos, sob a orientação e orquestração de um desgoverno, que utiliza de técnicas através do poder que gerencia para determinar a vida e a morte das populações. Também para promover mortes em vida.

Sem possibilitar a opção para essas pessoas, inclusive para que pudessem se proteger e proteger quem as atendiam. Essas pessoas não tinham escolha, já que existiam duas possibilidades: o risco da morte pela fome ou o risco de morte por ter sido infectada pela doença.

No decorrer da pandemia, percebemos que os processos de subjugação são renovados continuamente para manter a condição de exclusão. Neste sentido, a cada momento surgem necessidades de organizar as pessoas em condições de vulnerabilidade em imensas filas. As mais recentes giram em torno da imunização.

A prioridade desde os meses iniciais de 2021 foi a vacinação. Ela ocorreu em hospitais, nos postos de saúde, em mega-postos organizados em estádios de futebol e em shopping centers. Iniciou no Brasil no dia 17 de janeiro, com a enfermeira Mônica Calazans, mulher negra periférica, sendo a primeira pessoa vacinada no país, na cidade de São Paulo. Essa primeira vacinação foi resultado de mais uma batalha política entre o governo federal e os governos estaduais, nos meandros da política nacional em torno da pandemia.

Por conta de problemas de suprimento, em virtude da demora na negociação e de contratação pelo governo federal, o esquema vacinal se deu por grupos de prioridade, em função da faixa etária e de comorbidades. Por falta de coordenação central, cidades e

estados adotaram esquemas vacinais diferentes, e tiveram acesso diferenciado aos lotes de vacinas disponíveis, que chegavam ao país com grande estardalhaço midiático.

Assim, em decorrência das vacinas, se formam filas intermináveis para conseguir acesso à imunização, que demorou mais do que as pessoas deveriam ter aguardado, o que levou o país a ter até o mês de agosto do ano em curso quase 600 mil pessoas vítimas da COVID-19, em um contexto de subnotificação.

O governo federal foi reiteradamente negligente no cuidado com a vida, conforme a população pode acompanhar em processo público instaurado para apurar (in)ações e (des)orientações em favor da morte, e não em defesa da vida. O extermínio de ‘indesejáveis’, portanto, também foi potencializado nas filas para vacinação, quando muitas pessoas foram infectadas, devido à falta de organização, à busca desesperada pela imunização, ao quadro de distribuição desigual e descoordenada e à desinformação. Mas, ao que parece, com a intenção de fazer cumprir o projeto governamental genocida.

Os efeitos dos determinantes da economia na política pública brasileira.

Para além de todas as consequências da pandemia do COVID-19, o país acompanhou reiteradas matérias protagonizadas pela camada de pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas pessoas correspondem a parte significativa da população brasileira que, diante da necessidade do isolamento social, não reuniam condições de se manter sem apoio, sobretudo o financeiro.

No sentido de atender as necessidades básicas deste recorte da população, os governos criam sistemas de apoio. No caso do governo federal foi criado o Auxílio Emergencial. De acordo com o sítio na internet da Caixa (2020)

O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

Como dito anteriormente, o programa de auxílio emergencial previa o pagamento de benefício no valor de 600 reais, pelo período de três meses. Ele poderia ‘contemplar’ até duas pessoas da mesma família. No Brasil, as mulheres chefiam mais de 44% das famílias. Assim, no caso das famílias chefiadas por mulheres e que estas sejam a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente é de 1.200 reais.

O ponto de partida, inicialmente, para identificar as pessoas elegíveis ao benefício foi o Cadastro Único. Desta forma, era possível prever que já estariam contempladas as pessoas que já faziam parte deste sistema até o dia 20 de março de 2020, data prevista para o primeiro pagamento.

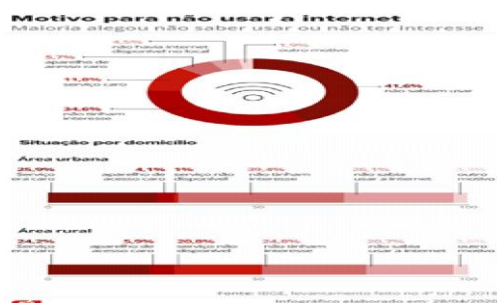
As demais pessoas, igualmente vulneráveis, e que não faziam parte do Programa, necessitavam realizar um cadastro para atendimento no banco oficial indicado para os recebimentos. Para viabilizar os pagamentos, o Governo Federal, conforme o Ministério da Cidadania (2020), dividiu os pagamentos do auxílio emergencial em três grandes grupos, quais sejam: trabalhadores informais, microempreendedores individuais e colaboradores individuais do INSS formam o primeiro. Beneficiários do Bolsa Família

formaram outro grupo, o segundo. Pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo, mas que não sejam atendidas pelo Bolsa Família, integraram o terceiro grupo. Ou seja, também quem recebe Bolsa Família (Caixa, 2020) poderia receber o Auxílio Emergencial, observado o Programa que lhes rendesse maior ‘vantagem’ financeira.

De tal forma que, para quem não recebia Bolsa Família ou não estava inscrito no Cadastro Único, o auxílio só podia ser solicitado por meio do aplicativo disponibilizado pelo banco oficial, ou site governamental. No caso de quem optou em receber por meio da poupança digital – opção quando da adesão ao auxílio – a movimentação dos valores também dependia do uso de um aplicativo. A ferramenta digital serviu para movimentar a conta social aberta automaticamente pelo banco oficial para pagar o auxílio emergencial, para quem não tem ou não informou outra conta quando fez o cadastro, para ter direito ao recebimento.

Dados divulgados em 29 de abril pelo IBGE (2020) dão conta de que 45,9 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet em 2018. A Agência Brasil (2020) aponta que, de acordo com os dados referentes aos três últimos meses de 2018, “ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%.” O Gráfico 1 a seguir mostra motivações para não usar a internet, tendo como fonte o Portal G1.

Gráfico 1 - Motivo para não usar a internet



Fonte: G1 - Globo

Pela análise dos gráficos, 41,6% das pessoas não usam a internet por não saber usar. Na área rural, 20,8% das pessoas não têm o serviço disponível. Ou seja, ao optar por oferecer o serviço de cadastramento pelo aplicativo ou no site, o governo tornou-o inacessível para uma grande parcela da população.

O governo federal apontou uma única instituição bancária para efetuar os pagamentos. As pessoas foram orientadas a realizar o cadastramento mencionado em um aplicativo do

banco. Depois disso, deveriam acompanhar o retorno da instituição, confirmando ou não o recebimento do auxílio emergencial, consultando no próprio site ou APP.

O Ministro da Cidadania (2020) disse em entrevista que: “Quando fizemos as primeiras estimativas sobre os ‘invisíveis’ no Brasil, com base em estudos do Ipea, estimamos algo em torno de oito milhões de pessoas. Nós encontramos cerca de 20 milhões, é muito mais do que imaginávamos.” Ele ainda completou: “Essa é a maior operação de pagamento da história do Brasil.” O ministro da pasta fala em um efeito colateral positivo do pagamento do benefício, qual seja, o conhecimento da população que antes não tinha conta bancária. Ainda de acordo com o Ministério da Cidadania (2020), “[a] Poupança Social Digital da Caixa registrou mais de 20 milhões de movimentações até esta sexta-feira, 08 de maio do ano em curso, segundo dados apresentados pelo banco, na operação de pagamento do auxílio emergencial.”

O vice-presidente da rede de varejo da referida instituição afirmou que “[o] banco oficial já efetuou o crédito para mais de 50 milhões de pessoas”. E complementou: “Um em cada três brasileiros adultos teve crédito do auxílio emergencial. É como se tivéssemos feito o pagamento para toda a população da Espanha, da Argentina ou da Colômbia.”

No entanto, desde o início do programa de auxílio emergencial de 600 reais, no mês em março de 2020, muitos beneficiários e beneficiárias relataram problemas para conseguir se cadastrar ou movimentar os valores. No início do calendário de saque em dinheiro direto da poupança digital, filas e aglomerações em agências do banco oficial foram registradas em diversas partes do país. De acordo com o jornal O Globo (2020), a desinformação e os erros no sistema aumentaram as filas nas agências da Caixa.

O banco, por sua vez, alegou que a maioria das pessoas estava à procura de outros serviços, como seguro-desemprego. Um levantamento do banco apontou que apenas uma pessoa a cada cinco que buscaram as agências presencialmente naquela semana tinha direito na data ao saque do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal por conta da pandemia de coronavírus.

Em 2021, o valor do auxílio emergencial que já era irrisório foi ainda reduzido para uma média 250 reais. Com a nova distribuição, houve uma variação do valor na seguinte ordem: entre 150 reais para pessoas que moram sozinhas, a 250 reais no caso de domicílios com mais de uma pessoa, e de 375 reais para as chamadas ‘mães solo’. Para Carrança (2021, p. 1), diante desta nova conformação ocorre que: “... [c]om o valor menor do auxílio emergencial este ano, o Brasil deve somar 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza, segundo estudo publicado ... pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP)”.

Assim, a situação se agrava em todas as frentes: a morte de muitas pessoas que eram responsáveis pelo sustento de toda a família, ou mesmo as campanhas de recolhimento de comida e distribuição durante a pandemia, diminuiu drasticamente, porque quem ajudava agora também precisa de ajuda. Os números e o alcance deste auxílio diminuíram e a fome e o descaso aumentaram com imensas fatias da população, justamente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social. Carraça (2021, p. 7) complementa: “O universo de beneficiários foi diminuído de 68,2 milhões de pessoas em 2020, para 45,6 milhões de famílias em 2021.

Para além das pessoas e famílias que agora estão desassistidas, o descaso, em relação à sobrevivência avança pela saúde, com a falta de vacina, principal possibilidade de controlar a pandemia. As poucas vacinas que chegam às cidades são distribuídas de forma desordenada ou por campanhas de mobilização para que as pessoas possam se vacinar. Para além da falta de informação e orientação, há o descaso das filas formadas por imensas quantidades de pessoas, mesmo com todas as posturas e providências negativas contra a vacina promovidas pelo governo federal. As pessoas passaram horas em filas, em busca da vacina, esperando pela imunização e, portanto, aglomeradas à espera de algo que muitas vezes não estava disponível, ou que o estoque acabava antes de chegar a sua vez. Ao apresentar o que ocorre em São Paulo, a Coluna Agora Folha (2021, p. 1) registra:

Filas intermináveis, horas de espera e muitas vezes sob sol, falta de organização e aglomeração. O paulistano enfrentou dificuldades no primeiro dia de vacinação contra a covid-19 para a faixa etária entre 60 e 62 anos. Na UBS (Unidade Básica de Saúde) Nossa Senhora do Brasil, na Bela Vista (Centro de São Paulo), a espera passava de 4h30. A fila de aproximadamente 250 metros se perdia na calçada. O posto era um dos que ainda tinham vacina da Pfizer, que a prefeitura começou a usar.

Se em São Paulo, capital, isto foi noticiado, em várias partes do Brasil, isso aconteceu nos dias que se seguiram, de forma desesperada: era acreditar que tínhamos alguma dose de vacina disponível para os grupos prioritários, em um esquema de imunização que carecia de uma coordenação central, papel esperado a ser desempenhado pelo Ministério da Saúde. Desesperadas e em busca de proteção, as pessoas foram, mais uma vez, expostas ao vírus, de forma assustadora.

Nas periferias dos grandes centros paulistanos, repetiam esse discurso: “Se você não morrer com o vírus até aqui, você poderá ser infectado na fila”. De forma inacreditável esta situação se agravava. Mesmo com os calendários informando a inclusão de novas faixas etárias e públicos específicos em linha de frente, estes também foram impactados pela imensa desorganização na aplicação das vacinas. E assim mais das pessoas ‘indesejáveis’ morreram.

População preta e pobre são as mais atingidas

Na verdade este processo de desestabilização e desorganização ocorre com as populações de maior vulnerabilidade que, em sua grande maioria, estão sem acesso à informação e, inclusive, não possuem entendimento nem em como pesquisar, nem em como procurar formas de utilização dos mesmos. O nome que lhes foi dado, ‘**invisíveis**’, apresenta-se. É possível compreender como é chocante a forma como são tratadas as pessoas que não tem acesso aos bens de consumo ou ao sistema, conforme explica a elite e informa este diagnóstico. Mas, muito pelo contrário, essa população, como não era aceita socialmente, sempre movimentou a economia de forma profunda e garantindo a sobrevivência de muitas famílias. Como se estivessem vivendo em uma dimensão paralela ao sistema capitalista. Como se pela dualidade fossem o alicerce e, ao mesmo tempo, não existissem.

Os processos foram mais demorados que o aceitável. Com isto, a população assistia a morte de parentes e pessoas amigas, viviam angústias e dores de maneira contínua, indignadas diante da impossibilidade de agir e com as escolhas infrutíferas para garantir a sobrevivência ainda neste tempo. Neste contexto, as mulheres negras voltam a ser as mais impactadas:

Embora a redução do estímulo fiscal afete o Brasil como um todo, são as mulheres negras as mais prejudicadas pela redução do auxílio emergencial em 2021, aponta o estudo lançado nesta quinta-feira pelo Made-USP.

Antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das mulheres brancas e dos homens brancos. Com o auxílio reduzido de 2021, esses mesmos indicadores devem subir a 38%, 36% e 19%.

Já a taxa de extrema pobreza, antes da crise, era de 9,2% entre mulheres negras, 8,9% entre homens negros, 3,5% entre mulheres brancas e 3,4% entre homens brancos.

Com o benefício emergencial nos valores de 2021, a miséria deve chegar a percentuais muito acima dos verificados antes da crise: respectivamente, 12,3%, 11,6%, 5,6% e 5,5%. (Carranço, 2021, p.5).

Esse processo de invisibilização e de descaso com as necessidades de grupos da população prosseguiu na fase da estruturação da vacinação. O processo para aquisição de vacinas foi lento e desastroso. O governo federal manifestou nítida e publicamente a falta de interesse em adquirir a vacina e os recursos necessários para iniciar a vacinação. Com isto, o processo foi retardado ao máximo e os insumos necessários foram chegando aos poucos e de forma desencontrada. Esse processo também ocorreu com respeito às orientações e informações dirigidas à população. Isto fez com que as pessoas voltassem a se expor e, por vezes, enfrentar longas filas em buscas incertas, pela vacinação.

Quando as primeiras doses começaram a chegar, o volume era muito pequeno. Logo acabavam. E ainda houve movimento das camadas mais abastadas tentando “furar a fila”. As informações sobre os processos de vacinação e anúncios sobre a disponibilidade das vacinas vieram a conta-gotas, de maneira descoordenada, trazendo desespero e ansiedade. Inclusive, trazendo o desespero pelo sentimento de que a vacina poderia não chegar a tempo para os que mais precisavam e, ao mesmo tempo, os problemas se multiplicavam, conforme o tempo passava, pois as informações e notícias sobre a logística de distribuição não eram claras, e não se tinha um plano os envios de carregamentos para os Estados e suas distribuições para os municípios, sobre a forma como isso aconteceria, em um país com as dimensões do Brasil, e com lugares de difícil acesso, como as populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas, somente para citar alguns grupos.

Nestes termos, garantir a vacinação significa garantir a vida, de forma mais imediata. A possibilidade de tomar a vacina, ou mesmo ter a oportunidade de acesso à primeira dose, já permitia uma sensação de vitória e uma mistura de alegria, e, de outro modo, incerteza, tristeza e angústia, para todas aquelas que não foram vacinadas.

Morte e vida sem recursos

Não é fácil compreender muitos dos acontecimentos cotidianos no Brasil. No sentido de somar às reflexões sobre o governo político em relação a essas populações, materializado em uma das ações do governo federal, é preciso partir do que Foucault chamou de biopoder, ou seja, o domínio da vida sobre a qual o poder tomou o controle.

Para Mbembe (2016) “[e]xercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” O autor continua afirmando que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” Assim, o filósofo cunha o conceito de necropolítica, de acordo com o qual um governante tem o poder, com suas escolhas, ações e inações, de decidir quem morre e quem vive.

De acordo com Vladimir Safatle (2020), ao analisar o contexto contemporâneo do país, “[o] Brasil sempre foi uma necropolítica [...], você sempre teve o Estado como operador da morte e do desaparecimento das classes vulneráveis, sempre foi gestor de uma guerra civil não declarada.” A esse contexto se junta o que ele denomina de estado suicidário, em que uma minoria ruidosa está disposta a se colocar em risco para fazer manifestações pró-governo, demonstrando um desejo de auto-sacrifício, ao mesmo tempo que expressa um discurso de ódio, sendo capazes de invadir hospitais ou de fazer manifestação com caixão e buzinaço, desprezando-se e zombando do sofrimento e morte de outras pessoas, ao mesmo tempo em que se colocam, elas mesmas, em risco.

O contexto de invisibilidade nos leva a questionar sobre a cidadania de parte significativa da população do país. Do exposto emerge atos e fatos que demonstram a expressão máxima da ausência absoluta de solidariedade pelos mais vulneráveis. Os atos do governo federal e seus asseclas demonstram o “desrecalçar” das características violentas de parte da população. Paralelamente, promove “uma transformação dos afetos na vida social brasileira” (Safatle, 2020).

Extermínio de pessoas pretas: cadeia e caixão como projeto político

Como bem salienta Preciado (2020), “o corpo não é para Foucault um dado organismo biológico no qual o poder atua depois. A própria tarefa da ação política é fabricar um corpo, colocá-lo para trabalhar, após definir seus modos de reprodução, prefigurar as modalidades de discurso através daqueles que o corpo se torna ficcionalizado até poder dizer ‘eu’” (p. 164).

No Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é “abatido”. Isto ocorre em parte por conta da impunidade reinante. No país as instituições de segurança e legislativas estão estruturadas para responder às demandas da autointitulada “elite”, o que faz com que a população em situação de vulnerabilidade financeira e social experimente um quadro endêmico de violência policial.

De acordo com a Anistia Internacional (2020), o país é o “campeão” de assassinatos no mundo. Ainda pelo mesmo órgão, “em números absolutos, mais de 58 mil pessoas morrem assassinadas por ano. A grande maioria dessas mortes é de jovens negros entre 15 e 29 anos de idade”, mortos pela polícia, dentro ou fora de casa. A matéria também destaca como os que não tem direito à vida são marcados para morrer:

Os estereótipos negativos associados à juventude e à pobreza e, junto com eles, o racismo, fazem com que não se dê a resposta adequada e necessária ao fato estarrecedor de que cerca de 77% dos jovens assassinados no Brasil sejam negros. Tantas mortes de jovens negros que vivem em favelas e periferias terminam sendo banalizadas e naturalizadas. Não há uma só causa para esta tragédia. [...] As políticas de segurança públicas marcadas por operações policiais focadas na repressão e no enfrentamento e não na preservação da vida. Trata-se de uma força policial militarizada, que vê os jovens, em especial

os negros e os moradores de favelas e periferias, como potenciais inimigos que devem ser combatidos. E de uma política de “guerra às drogas” que vem sendo questionada e abandonada em várias partes do mundo.

No contexto pandêmico, as abordagens policiais nas periferias têm feito ainda mais mortes. Em São Paulo, por exemplo, de acordo com estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020):

(...) a letalidade policial cresceu 31% no período entre janeiro e abril, mês que bateu recorde de mortes pela polícia (119, contra 78 em 2019) durante a vigência da quarentena. De acordo com o Anuário da Violência elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75% das vítimas de letalidade policial são negras, no país onde 56% da população se declaram negra.

As taxas brasileiras de homicídios são altíssimas. Hoje o brasileiro comum tem receio de ser abordada(o) pela instituição que deveria garantir a sua segurança. Foucault (1975, 1976) usou a noção de “biopolítica” para falar sobre um relacionamento que o poder estabeleceu com o corpo social na modernidade. O que a população vive é a determinação de que pobres e pretos não devem ter e não tem direito de viver.

Neste sentido, Preciado (2020) retoma a descrição do que Foucault chamou de “transição de ‘sociedade soberana’ em direção a uma ‘sociedade disciplinar’ como o passo de uma sociedade que define soberania em termos de decisão e ritualização da morte para uma sociedade que gerencia e maximiza vida da população em termos de interesse nacional” (p. 164). Mbembe (2016) opta por rejeitar a crença romantizada da soberania que tem no sujeito sua atenção principal e, portanto, “autor controlador do seu próprio significado”. Para este autor, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” Ou seja, para ele, “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” Parece absurdo e, até doloroso, ao ler. No entanto, esta é a realidade da população preta e pobre no Brasil.

As práticas de extermínio local podem ser explicadas pelas técnicas sociais identificadas por Foucault, entre os anos de 1974 e 1979, de biopolítica (2008b) e biopoder (2008a). Para esse teórico social, o biopoder assume duas formas: por um lado, uma anátomo-política do corpo; por outro, uma biopolítica da população. A primeira corresponde aos dispositivos disciplinares estruturados para extrair do corpo humano o máximo em termos de força produtiva, sob o controle do tempo e do espaço circulável no interior das instituições, tais como escolas, fábricas, hospitais e prisões. Já a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, via controles do conhecimento e de saberes, além de práticas que permitam a gestão de taxas de natalidade, fluxos migratórios, epidemias, alargamento da longevidade, dentre outras.

E, assim, mediante o sistema político local e mundial, a sociedade brasileira segue indiferente às milhares de vidas ceifadas continuamente, seja pela fome, seja pela polícia, seja pela pandemia do Coronavírus. Isto porque os corpos das pessoas negras e pobres historicamente foram apontados como sem valor. É pensar as práticas de extermínio de jovens pobres e negros, com baixa escolaridade, moradores das periferias urbanas brasileiras, além de idosos carentes e do restante da população em situação de vulnerabilidade, como parte da engrenagem de um amplo projeto em curso, com objetivos eugenista.

Nos dias atuais, é possível dizer que, no país, acompanhar violações de diversas naturezas, desde agressões de policiais, fora do horário de serviço, agentes de segurança que cometem delitos sem farda, também fora do horário de trabalho, até sessões de espancamento em rondas e operações especiais. Também nestes casos, a grande maioria das vítimas, 68% é negra e reside em bairros periféricos, onde quase sempre sofreram as abordagens violentas.

A discriminação racial é determinante durante as abordagens da polícia. Estas abordagens seguem, dentre outras orientações, cartilhas que visam orientar sobre quem abordar e como deve agir de acordo com o ‘alvo’. Tais orientações encaminham o foco sem ressalvas para homens jovens negros e pobres, para os quais a intensidade da violência e a perversidade são marcas, por vezes irreversíveis. Vários destes jovens são buscados dentro de suas residências, na porta de casa e até na ida ou retorno do trabalho. Muitos destes jamais retornaram para seus lares. Contrariando a legislação, o protocolo tem sido “levar preso para averiguação” e depois identificar e/ou ouvir. Assim, vários jovens sem qualquer vinculação com drogas ou vida marginal perdem a vida, ficam incapacitados diante das agressões violentas, ou seriamente comprometidos emocionalmente.

São ações que demonstram o que Mbembe (2016) estudou e classifica como “experiências contemporâneas de destruição humana”, neste caso em específico, a Necropolítica. Na qual pessoas negras são condenadas à morte somente por serem negras. O filósofo afirma que “a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, neste termos “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.”

Achille Mbembe é um erudito pensador camaronês. Ele estuda temáticas como a escravidão, a descolonização e a negritude. Mbembe (2017) estuda como é possível distorcer o significado do termo soberania com objetivos específicos:

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o *nomos* do espaço político que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte (Mbembe, 2017, p. 11).

Aqui o filósofo centra esforços em compreender e detalhar as formas de soberania cujo projeto central é o extermínio da população que destoa dos grupos de interesse mais abastados da população. O texto revela a influência da obra de Foucault sobre a ideia de biopoder. Foucault (2008a, p. 3) chama de biopoder “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder”.

Mbembe parte dessa noção de biopoder de Foucault (2008a) e relaciona-a com dois outros conceitos – estado de exceção e estado de sítio. Com isto demonstra de forma contundente como “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base

normativa do direito de matar”. Desta forma o poder “apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” para justificar o extermínio de outrem. No caso do Brasil, o extermínio de jovens negros moradores de comunidades pobres.

Comunidade e imunidade fazem parte da mesma raiz, como avaliou Espósito (2009). Para este, toda biopolítica é imunológica. Ou seja, supõe uma definição da comunidade e do estabelecimento de uma hierarquia entre esses corpos que estão isentos de impostos – os considerados imunes – e aqueles que a comunidade considera potencialmente perigosos e que serão excluídos como ato de proteção imunológica. Estas pessoas são reiteradamente, e de diferentes formas, apontadas como indesejáveis.

Os governantes do Brasil optaram por duas táticas de segurança, a título de “defesa social” contra um suposto inimigo penal: aprisionamento e morte. O crescente e massivo genocídio de jovens e de mulheres negras, mais o aumento do contingente de aprisionamento dessa população, demonstram tal intento.

No Rio de Janeiro, o volume de abordagens com resultados desastrosos são tantos que, por decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foram proibidas operações policiais em favelas, exceto em casos de “hipóteses absolutamente excepcionais”, excepcionalidades não claras para a população, e que requer o envio de justificativa por escrito ao Ministério Público.

Preciado (2020) retoma a experiência de vida para demonstrar como um desgoverno, similar ao que ocorre no Brasil no momento, pode orientar estruturas para fazer cumprir ações necessárias a um projeto reconhecidamente genocida e eugenista. Por aqui, numa clara demonstração de que a mão pesada só serve às pessoas pretas e pobres, no fim do mês de maio último, um empresário de 49 anos, residente em condomínio de luxo, em São Paulo, foi filmado ofendendo policiais que atenderam a um chamado de sua mulher por violência doméstica. Ao que o abordado reage aos policiais que o abordaram: “Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é (cita o nome do condomínio)”. O tal empresário segue gritando e insultando os policiais. Em registros seguintes, a população acompanha o explícito tratamento diferenciado, quando ao se acalmar, o empresário foi conduzido à delegacia e liberado no mesmo dia. Esse empresário, provavelmente orientado por advogados, pediu desculpa aos policiais, que prestaram queixa por desacato. Este tratamento diferenciado ofertado à parte mais abastada não é novidade. São inúmeros os flagrantes e declarações de agentes de instituições voltadas para garantir a segurança da população, além de imediatos dessas próprias instituições de segurança que relatam a orientação para perseguir pessoas negras e pobres.

Para além das violências mencionadas, e de todas as dores que envolvem a pandemia em curso, os servidores que deveriam atuar para segurança pública, ainda conseguem encontrar criatividade nos moldes que pioram a vida de cidadãs e cidadãos. O que também tem sido alvo de denúncias, como no levantamento do EL PAÍS (2020), de acordo com o qual “também há casos de abusos policiais relacionados às medidas restritivas decretadas por causa da pandemia de COVID-19”. O jornal relata um fato ocorrido em Luzilândia, interior do Piauí, em que um homem de 43 anos, “morreu após ter sido preso por furar uma barreira sanitária de prevenção ao coronavírus.” Diante da repercussão do caso, os policiais envolvidos na ocorrência foram afastados sob suspeita de tortura pela PM. Segue em curso uma investigação sobre a causa da morte do referido cidadão. Na mesma matéria o periódico traz outro fato, ocorrido em Plácido de Castro, no

Acre, onde um “adolescente negro, de 17 anos, portador de transtornos psiquiátricos e neurológicos, denunciou agressões de policiais do Grupo Especial de Fronteira (Gefron)”, durante abordagem na qual deveriam orientar e cobrar o uso da máscara de proteção. Também neste caso fora instaurado procedimento para apurar o caso pela promotoria de Infância e Juventude do Ministério Público. A sociedade nunca recebe o retorno dessas apurações.

E assim a população em situação de precariedade e ou vulnerabilidade segue sendo massacrada. A Necropolítica de Mbembe (2016) é o que ora assistimos, com o uso de técnicas governamentais biopolíticas que se espraiam “como uma rede de poder transbordando esfera jurídica ou esfera punitiva, tornando-se uma força ‘somatopolítica’, uma forma de poder espacializado que se estendeu por todo o território até penetrar no corpo individual.”

Essa foi a nossa motivação para escrever este texto. Trazer à luz a perversidade a qual está submetida a população brasileira, vez que para parte significativa dessas pessoas, sobretudo as que estão imbricadas nos processos, não se dão conta de que estão sendo exterminadas deliberadamente. A preocupação principal é se manter viva, garantir alimento, teto e estarem vacinados.

Esperamos que com tal publicação, possamos somar as vozes que clamam pela responsabilização dos políticos que só estão preocupados com o próprio bolso, inclusive neste momento, já existem provas que a população poderia estar completamente imunizada, se não estivessem realizado favorecimentos e recebendo comissões por doses compradas, além do interesse de grupos específicos.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil (2020). Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa Número representa 46 milhões que não acessam a rede. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 09 mai 2020.

Agora São Paulo. Fila para a vacina contra Covid na cidade de São Paulo chega a quase 5 horas. Disponível em <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/05/fila-para-vacina-contracovid-na-cidade-de-sao-paulo-chega-a-quase-5-horas.shtml>. Acesso 20/08/2021.

Auxílio Emergencial. (2020). Disponível em: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>. Acesso em: 06 maio 2020.

Brandão, Rita Corrêa. Auxílio Emergencial precisa corresponder à realidade. Disponível em https://ibase.br/pt/opiniao/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/?gclid=CjwKCAjw64eJBhAGEiwABr9o2I5MCH584Q08nqU63IIO1MDSnqeD2N6v0NNmJ9600k2K5i3CAJxduBoCmi8QAvD_BwE. Acesso em: 18/08/2021.

CAIXA. Auxílio Emergencial. Disponível em https://www.caixa.gov.br/auxilio/Paginas/default2.aspx?utm_source=siteauxilio&utm_medium=propriedadecaixa&utm_campaign=auxilio_emergencial&utm_term=logado&utm_content=ae0001 Acesso em 22/07/2020.

CAIXA. Programas Sociais. Bolsa Família. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>. Acesso em 2/07/2020.

Carrança, Thais. Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>. Acesso em 17/08/2021.

EL PAÍS. (2020) Entre a vida e a morte sob tortura, violência policial se estende por todo o Brasil, blindada pela impunidade. Recuperado em 29 jul 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/entre-a-vida-e-a-morte-sob-tortura-violencia-policial-se-estende-por-todo-o-brasil-blindada-pela-impunidade.html>

Espósito, R., (2009). *Communitas. Origen y destino de la comunidad*, Buenos Aires, Morrortu.

Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

G1.Globo. 2020. Em 2018, quase 46 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/04/29/em-2018-quase-46-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tinham-acesso-a-internet-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 09 de maio de 2020.

Gonçalves, R., & Branco, C. (2011). Entrevista–Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, (27), 70-81.

Gonzalez, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

Gonzalez, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020.

Mbembe, A. (2016). *Necropolítica. Arte e ensaios* - Revistas UFRJ.

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

Ministério da Cidadania, 2020. Mais de 20 milhões de transações registradas em conta digital na operação de pagamento do auxílio emergencial. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mais-de-20-milhoes-de-transacoes-em-conta-digital-na-operacao-de-pagamento-do-auxilio-emergencial>. Acesso em: 09 maio 2020.

O Globo. Ana Clara Veloso e Geralda Doca (2020). Desinformação e erros no sistema aumentam filas nas agências da Caixa. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/desinformacao-erros-no-sistema-aumentam-filas-nas-agencias-da-caixa-1-24398865> Acesso em: 06 maio 2020.

OHANA, Victor. Planalto provoca governadores e reivindica tutela de auxílio de R\$600. Carta Capital. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/saude/planalto-provoca-governadores-e-reivindica-tutela-de-auxilio-de-r-600/>. Acesso em: 09 maio 2020.

Preciado, Paul B. (2020). Aprendiendo del vírus. In. Sopa de Wuhan. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio).

UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/06/auxilio-emergencial-problemas-pagamento-caixa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 06 maio 2020.